



A Lei nº 8.666, de 21.06.1993, trouxe uma série de inovações que geraram grandes dificuldades a todos aqueles que, na Administração Pública, atuam na área de licitações e contratos, trazendo, também, grande preocupação em decorrência da ampliação das formas de responsabilização dos servidores e dos licitantes, acrescentando, ao lado de sanções disciplinares, as de natureza penal. Além disso, pretendeu ampliar o controle ao prever a participação popular em vários dispositivos, com a possibilidade de qualquer cidadão denunciar irregularidade ou mesmo impugnar determinados atos do procedimento. As dificuldades de interpretação trazidas pela mencionada Lei têm ensejado a realização de um grande número de cursos, seminários e congressos, visando a sua adequada compreensão.

Esta obra, trazida a público no momento certo, é mais uma valiosa contribuição com a qual o Prof. Sidney Bittencourt vem brindar aos estudiosos da Lei de Licitações. Extremamente dedicado às mutações pelas quais tem passado a legislação, o Prof. Sidney acompanha dia a dia essas mudanças e, com o firme intuito de melhor esclarecer aos que se utilizam dessa matéria do Direito Administrativo, resolveu transmitir os seus vastíssimos conhecimentos e enorme experiência, brindando-nos com esta magnífica obra, em que faz uma

criterosa apreciação passo a passo da Lei nº 8.666/93 e sua complexidade.

Por essa razão, não tenho receio em afirmar que é muito oportuna a obra agora dada a público pelo referido mestre, que por mais de vinte anos atua na área e estuda minuciosa e detalhadamente o assunto, ministrando, ativa e brilhantemente, cursos, palestras e seminários sobre o tema.

**Autor**  
Sidney Bittencourt

## LICITAÇÃO PASSO A PASSO

Comentando todos os artigos da Lei  
Nº 8.666/93, totalmente atualizada

**Área específica**  
Direito Administrativo.

**Áreas afins**  
Administração Pública, Compras Públicas,  
Contratos Administrativos, Vendas para a  
Administração Pública, Finanças Públicas,  
Obras Públicas, Serviços Públicos, Intendência,  
Auditoria e Controladoria.

**Público-alvo/consumidores**  
Administradores Públicos de um  
modo geral, Administradores Privados de Empresas que  
contratam com a Administração Pública, Procuradores,  
Advogados, Professores de Direito Administrativo,  
Acadêmicos de Direito, Particulares que vendem  
ou pretendam vender para o  
Governo, Auditores, Controladores,  
Consultores e Concursandos.

**FORMATO:** 17 X 24 cm  
**CÓDIGO:** 10001022

B624l

Bittencourt, Sidney

Licitação passo a passo : comentando todos os artigos da Lei nº 8.666/93, totalmente atualizada : levando também em consideração a Lei Complementar nº 123/06, que estabelece tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações públicas / Sidney Bittencourt. 8ª edição revista, ampliada e atualizada. Apresentação Ivan Barbosa Rigolin ; Prefácio Francisco Mauro Dias. – Belo Horizonte : Fórum , 2016.

767p.

ISBN 978-85-450-0158-4

1. Direito administrativo. I. Título. II. Rigolin, Ivan Barbosa. III. Dias, Francisco Mauro.

CDD: 341.3

CDU: 342.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

BITTENCOURT, Sidney. Licitação passo a passo: comentando todos os artigos da Lei nº 8.666/93, totalmente atualizada: levando também em consideração a Lei Complementar nº 123/06, que estabelece tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações públicas. 8. ed. rev. ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 767p. ISBN 978-85-450-0158-4.

## SUMÁRIO

PREFÁCIO	
<b>Francisco Mauro Dias</b> .....	39
APRESENTAÇÃO	
<b>Ivan Barbosa Rigolin</b> .....	41
NOTA À 8ª EDIÇÃO .....	43
LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993	
EMENTA	
1 Competência legislativa .....	45
2 O termo "licitação" .....	46
2.1 Evolução histórica .....	47
3 Os contratos da Administração.....	48
ARTIGO 1º	
1 Natureza jurídica da licitação e do contrato administrativo .....	49
2 As normas gerais .....	49
3 A licitação e o contrato administrativo .....	50
4 O elenco de negócios jurídicos .....	51
5 Regras extensíveis aos três Poderes .....	51
Parágrafo único.....	51
6 Subordinação ao regime da Lei nº 8.666/93.....	51
6.1 As empresas públicas que exploram atividades econômicas .....	52
6.2 As entidades sob controle da pessoa pública.....	54
6.3 Os fundos especiais.....	54
6.4 Os consórcios públicos .....	55
6.5 As Organizações Sociais (OS), as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e os Serviços Sociais Autônomos (SSA) – O Terceiro Setor.....	55

ARTIGO 2º	
1	A concessão e a permissão ..... 57
1.1	A nova forma de concessão – A Parceria Público-Privada (PPP)..... 58
2	A licitação de serviços de publicidade ..... 58
3	A contratação de terceiros..... 60
	Parágrafo único..... 60
4	O contrato para os fins do Estatuto ..... 60
ARTIGO 3º	
1	Os objetivos da licitação ..... 63
1.1	O desenvolvimento sustentável ..... 63
1.1.1	As licitações sustentáveis ..... 64
2	Os princípios licitatórios ..... 67
2.1	A questão da proposta mais vantajosa..... 67
2.2	O elenco de princípios licitatórios ..... 68
2.2.1	Princípio da legalidade ..... 68
2.2.2	Princípio da impessoalidade ..... 69
2.2.3	Princípio da moralidade..... 69
2.2.4	Princípio da igualdade ..... 69
2.2.5	Princípio da publicidade ..... 69
2.2.6	Princípio da probidade administrativa..... 70
2.2.7	Princípio da vinculação ao instrumento convocatório ..... 70
2.2.8	Princípio do julgamento objetivo..... 70
2.3	Princípios correlatos..... 71
2.3.1	Princípio da competitividade ..... 71
2.3.2	Princípio do sigilo na apresentação das propostas ..... 71
2.3.3	Princípio do procedimento formal ..... 71
2.3.4	Princípio da adjudicação compulsória ao vencedor da licitação ..... 71
2.3.5	Princípio da padronização ..... 72
2.4	Princípios implícitos ..... 72
2.4.1	Princípio da eficiência..... 72
2.4.2	Princípio da razoabilidade/proporcionalidade..... 73
2.5	Princípios advindos da criação da modalidade licitatória pregão..... 73
2.5.1	Princípio da celeridade ..... 73
2.5.2	Princípio da finalidade ..... 73
2.5.3	Princípio do justo preço ..... 74
2.5.4	Princípio da seletividade ..... 74
2.5.5	Princípio da comparação objetiva das propostas ..... 74
	Parágrafo 1º ..... 74
3	Vedação a cláusulas discriminatórias..... 74
	Inciso I..... 74
3.1	Prejuízo à competitividade ..... 74
3.1.1	O uso da licitação para alavancagem do desenvolvimento nacional ..... 75
	Inciso II..... 77
3.2	Vedação ao tratamento diferenciado entre empresas brasileiras e estrangeiras..... 77
3.2.1	Exceções nas licitações envolvendo capacitação e competitividade do setor de informática e automação..... 78
	Parágrafo 2º ..... 79
4	Critério de desempate nas licitações ..... 79
4.1	Esmiuçamento da ordem sucessiva de desempate ..... 80
	Parágrafo 3º ..... 81
5	A publicidade da licitação..... 81
5.1	Reafirmação do procedimento licitatório ..... 81
5.2	A questão da Lei do Processo Administrativo..... 81
5.3	A questão do regime especial de contratações na área de defesa ..... 82
	Parágrafos 5º e 6º ..... 82
6	As margens de preferência ..... 82
6.1	As margens de preferências normais e suas bases ..... 85
	Parágrafo 7º ..... 86
7	Margem de preferência adicional ..... 86
	Parágrafo 8º ..... 86
8	Limites para as margens de preferência..... 86
	Parágrafo 9º ..... 87
9	Exclusão da aplicação das preferências..... 87
	Parágrafo 10..... 87
10	A extensão da margem de preferência a bens e serviços originados do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) ..... 87
	Parágrafo 11..... 88
11	Medidas de compensação comercial, industrial, tecnológica ou acesso a condições vantajosas de financiamento..... 88
	Parágrafo 12..... 89
12	Contratações estratégicas em Tecnologia de Informação e Comunicação..... 89
13	A Regulamentação dos §§5º a 12 do art. 3º (Decreto nº 7.546/2011) ..... 90
	Parágrafo 13..... 91
14	A divulgação na Internet ..... 91
	Parágrafo 14..... 92
15	Privilegio ao tratamento diferenciado às pequenas empresas ..... 92
	Parágrafo 15..... 92
16	Prevalência das preferências deste artigo 3º..... 92
17	Conclusões..... 92

ARTIGO 4º	
1	Participação popular..... 94
2	Direito público subjetivo..... 94
	Parágrafo único..... 95
3	Procedimento administrativo formal..... 95
ARTIGO 5º	
1	Adoção da moeda nacional nos contratos..... 97
2	Ordem cronológica dos pagamentos..... 97
	Parágrafo 1º..... 98
3	A obrigatória correção dos créditos..... 98
	Parágrafo 2º..... 99
4	A correção monetária..... 99
	Parágrafo 3º..... 99
5	Pagamento de despesa de baixo valor..... 99
ART. 5º-A	
1	Reafirmação do privilégio ao tratamento diferenciado oferecido às pequenas empresas..... 101
1.1	As preferências do regime da LC nº 123/2006..... 102
ARTIGO 6º	
1	Definições para os fins da Lei..... 105
2	Obra e serviço..... 105
3	Compra..... 106
4	Alienação..... 106
5	Obras, serviços e compras de grande vulto..... 107
6	Seguro-garantia..... 107
7	Empreitada..... 108
7.1	Empreitadas por preço unitário e por preço global..... 110
7.2	Empreitada integral..... 110
7.3	Tarefa..... 111
8	Projeto básico..... 111
9	Projeto executivo..... 113
10	Administração Pública e Administração..... 113
11	Produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais..... 114
12	Sistemas de tecnologia de informação e comunicação estratégicos..... 114
13	Produtos para pesquisa e desenvolvimento..... 115
ARTIGO 7º E PARÁGRAFOS 1º, 2º E 3º	
1	Sequência a ser observada nas licitações para obras e serviços..... 117
2	A aprovação da autoridade competente..... 118
3	Condicionantes documentais a serem apreciados e aprovados pela autoridade competente..... 118
3.1	O orçamento detalhado em planilhas..... 118
3.1.1	A questão do BDI (Benefícios ou Bonificações e Despesas Indiretas)..... 119
3.2	A questão da previsão de recursos orçamentários..... 121
	Parágrafo 4º..... 122
4	Vedação de inclusão de fornecimento sem previsão de quantidades..... 122
	Parágrafo 5º..... 122
5	Vedações de bens e serviços sem similaridade ou de marcas..... 122
	Parágrafo 6º..... 123
6	Consequências pelo descumprimento às vedações..... 123
	Parágrafo 7º..... 123
7	Acréscimos compensatórios em função da inflação..... 123
	Parágrafo 8º..... 124
8	Acesso do cidadão às informações..... 124
	Parágrafo 9º..... 124
9	Cumprimento dos requisitos também nos afastamentos licitatórios..... 124
ARTIGO 8º	
1	A programação da execução integral..... 125
	Parágrafo único..... 125
2	A programação parcial excepcional..... 125
3	Fracionamento e parcelamento..... 125
ARTIGO 9º E INCISOS I, II E III	
1	Impedimentos de participação em licitações..... 128
1.1	Vedação de o autor do projeto básico ou executivo participar da licitação..... 128
1.2	Outros impedimentos..... 129
1.2.1	A participação de parentes de servidor..... 129
	Parágrafo 1º..... 130
2	A participação do autor do projeto nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento..... 130
	Parágrafo 2º..... 130
3	A elaboração de projeto executivo como encargo do contratado..... 130
	Parágrafos 3º e 4º..... 130
4	A participação indireta para fins de vedação de participação em licitação..... 130
4.1	A vedação aos membros da comissão de licitação..... 131
ARTIGO 10	

1	A realização de obras ou serviços por execução direta .....	132
1.1	Diferenciação entre “contratação direta” e “execução direta” .....	132
2	A execução de obras ou serviços por execução indireta.....	132
3	A questão dos pagamentos parciais na empreitada por preço global.....	134
4	A “administração contratada” vetada por ato presidencial.....	135
ARTIGO 11		
1	Obras e serviços com projetos padronizados.....	137
ARTIGO 12		
1	O elenco de requisitos para o projeto básico ou executivo .....	139
2	O Estudo do Impacto Ambiental (EIA).....	139
2.1	O licenciamento ambiental para as Parcerias Público-Privadas (PPPs).....	140
ARTIGO 13		
1	Serviços técnicos profissionais especializados.....	142
1.1	A questão da contratação de advogados ou escritórios de advocacia .....	143
1.2	A questão da contratação de serviço de restauração de obras de arte .....	145
	Parágrafo 1º .....	146
2	Contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados.....	146
	Parágrafo 2º .....	146
3	Cessão dos direitos patrimoniais .....	146
	Parágrafo 3º .....	146
4	A garantia da realização dos serviços pelos profissionais integrantes da empresa .....	146
ARTIGO 14		
1	A caracterização objeto da compra e a indicação dos recursos orçamentários.....	148
2	A observação da Lei de Responsabilidade Fiscal .....	148
ARTIGO 15		
1	Requisitos para as compras .....	152
1.1	Princípio da padronização .....	152
1.2	O processamento das compras através do Sistema de Registro de Preços (SRP).....	153
1.3	Submissão das compras às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado.....	154
1.4	Subdivisão em parcelas para aproveitamento das peculiaridades do mercado.....	154
1.5	Balizamento pelos preços praticados pela Administração Pública .....	156
2	O alcance do dispositivo .....	156
	Parágrafo 1º .....	156
3	A ampla pesquisa de mercado .....	156
	Parágrafo 2º .....	157
4	A publicação trimestral dos preços registrados.....	157
	Parágrafo 3º .....	159
5	A regulamentação federal do Sistema de Registro de Preços (SRP) – O Decreto federal nº 7.892/2013 (alterado pelo Decreto nº 8.250/2014).....	159
5.1	A possibilidade do uso do SRP na contratação de serviços.....	159
5.2	Atendimento às peculiaridades regionais .....	160
5.3	A competição através de concorrência ou de pregão.....	160
5.4	Estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados.....	161
5.5	Validade do registro de preços não superior a um ano.....	164
6	O uso da Ata de Registro de Preços por outro ente da Administração não participante da licitação (o “carona”).....	165
	Parágrafo 4º .....	169
7	A não obrigação de a Administração celebrar as contratações .....	169
	Parágrafo 5º .....	169
8	A informatização do sistema de controle .....	169
	Parágrafo 6º .....	170
9	A impugnação por parte do cidadão.....	170
	Parágrafo 7º .....	170
10	Outros aspectos a serem observados nas compras.....	170
	Parágrafo 8º .....	170
11	Recebimento de material de valor superior ao limite estabelecido para o convite .....	170
ARTIGO 16		
1	Publicação mensal da relação de compras .....	171
2	Aglutinação de informações.....	171
3	Não aplicação na dispensa prevista no inc. IX do art. 24 (segurança nacional).....	172
ARTIGO 17		
1	A alienação .....	175
1.1	A alienação de bens da Administração Pública.....	175
2	Bens públicos .....	176
2.1	A alienação de bens públicos.....	176
	Inciso I.....	176
3	Alienação de bens imóveis.....	176
3.1	A dispensa licitatória através da permuta de bens imóveis .....	177
3.2	A dispensa na alienação de bens imóveis de uso comercial .....	180
	Inciso II.....	180
4	Alienação de bens móveis.....	180
4.1	Venda de ações .....	180
4.2	Venda de bens produzidos ou comercializados pela Administração Pública.....	181

5	Parágrafo 1º .....	181
	Reversão ao patrimônio da pessoa jurídica doadora .....	181
	Parágrafo 2º .....	182
6	Dispensa de licitação na concessão de título de propriedade ou de direito real de uso ..	182
7	Outras dispensas inseridas no Estatuto .....	182
	Parágrafo 3º .....	182
8	Investidura .....	182
	Parágrafos 4º e 5º .....	183
9	Licitação da doação com encargo .....	183
	Parágrafo 6º .....	184
10	A adoção do leilão para a venda de móvel público .....	184
ARTIGO 18		
1	A habilitação na concorrência de bem imóvel.....	185
2	Alteração no âmbito da União.....	185
ARTIGO 19		
1	A alienação de bens imóveis derivados de procedimentos judiciais ou dação em pagamento .....	186
1.1	Adoção de concorrência ou leilão .....	186
ARTIGO 20		
1	O local de realização da licitação .....	187
	Parágrafo único.....	187
2	Realização da licitação em local diverso .....	187
ARTIGO 21		
1	A divulgação dos editais licitatórios .....	189
1.1	Publicação dos avisos de concorrência, tomada de preços, concurso e leilão.....	189
2	Publicação do convite .....	190
	Parágrafo 1º .....	191
3	O conteúdo do aviso .....	191
	Parágrafo 2º .....	194
4	O prazo mínimo de divulgação .....	194
	Parágrafo 3º .....	195
5	A contagem do prazo.....	195
	Parágrafo 4º .....	195
6	Modificações no edital .....	195
ARTIGO 22		
1	A escolha da modalidade de licitação .....	197
2	As modalidades licitatórias .....	197
2.1	A habilitação como fator de distinção.....	197
	Parágrafo 1º .....	197
2.1.1	A concorrência .....	197
	Parágrafo 2º .....	198
2.1.2	A tomada de preços .....	198
	Parágrafo 3º .....	203
2.1.3	O convite.....	203
2.1.4	A habilitação no convite .....	204
2.1.5	A existência ou não de edital no convite .....	205
	Parágrafo 6º .....	206
2.1.6	A questão da inexistência de três possíveis interessados no convite.....	206
	Parágrafo 7º .....	207
2.1.7	A questão da impossibilidade da obtenção de três interessados em face de limitações de mercado ou manifesto desinteresse .....	207
2.1.7.1	A limitação de mercado.....	207
2.1.7.2	O manifesto desinteresse.....	207
2.1.7.3	O entendimento das Cortes de Contas .....	207
	Parágrafo 4º .....	208
3	O concurso.....	208
	Parágrafo 5º .....	208
4	O leilão .....	208
	Parágrafo 8º .....	209
5	Vedação de criação de nova modalidade licitatória .....	209
	Parágrafo 9º .....	210
6	Documentação para o cadastramento .....	210
ARTIGO 23		
1	A fixação da modalidade licitatória.....	212
	Parágrafos 1º e 2º .....	212
2	O parcelamento da licitação.....	212
	Parágrafo 3º .....	214
3	A adoção da concorrência .....	214
3.1	O certame internacional .....	214
	Parágrafo 4º .....	216
4	Substituição por modalidade de licitação mais complexa .....	216
	Parágrafo 5º .....	216
5	Vedação para parcelas de uma mesma obra ou serviço ou para obras e serviços da mesma natureza .....	216
	Parágrafo 6º .....	217

6	Contratos celebrados por organizações industriais .....	217
	Parágrafo 7º .....	217
7	Compra de bens de natureza divisível.....	217
7.1	A economia de escala.....	219
7.2	Impugnação quanto à quantidade mínima estabelecida pela Administração .....	220
7.3	A questão dos preços diferenciados.....	220
	Parágrafo 8º .....	221
8	Licitações realizadas por consórcios públicos .....	221

#### ARTIGO 24

1	A possibilidade de contratação sem licitação.....	225
2	Hipóteses de contratação direta.....	227
3	Casos de licitação dispensável.....	227
	Incisos I e II.....	227
3.1	Obras, serviços de engenharia, outros serviços e compras de pequeno valor .....	227
3.1.1	A questão da definição do valor estimado da contratação .....	228
3.1.2	A questão quando o contrato envolver serviço continuado .....	229
3.1.3	As ressalvas para o enquadramento.....	234
3.1.3.1	As ressalvas para as licitações dispensáveis no caso de obras e serviços de engenharia .....	235
3.1.3.2	As ressalvas para as licitações dispensáveis no caso de outros serviços e compras e alienações .....	238
	Inciso III .....	239
3.2	Guerra ou grave perturbação da ordem .....	239
3.2.1	Guerra .....	239
3.2.2	Grave perturbação da ordem .....	239
	Inciso IV .....	240
3.3	Emergência ou calamidade pública.....	240
3.3.1	Limites à contratação emergencial ou no caso de calamidade pública.....	241
3.3.2	A questão da emergência por negligência .....	242
	Inciso V .....	243
3.4	Não comparecimento de interessados .....	243
3.4.1	A questão da “licitação fracassada” .....	243
3.4.2	A questão do convite .....	244
	Inciso VI.....	245
3.5	Intervenção no domínio econômico .....	245
	Inciso VII.....	246
3.6	Propostas com preço superior ao do mercado.....	246
	Inciso VIII .....	247
3.7	Contratação entre pessoas jurídicas de direito público.....	247
3.7.1	Os destinatários da regra .....	247
3.7.2	A aplicação da regra .....	247
3.7.3	A questão do marco de contagem.....	248
	Inciso IX.....	249
3.8	Possível comprometimento da segurança nacional .....	249
3.8.1	O conceito de segurança nacional.....	249
3.8.2	A dispensa em face da segurança nacional .....	249
3.8.3	O decreto regulamentar.....	250
	Inciso X.....	251
3.9	Compra ou locação de imóvel.....	251
	Inciso XI .....	253
3.10	Contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento.....	253
	Inciso XII .....	254
3.11	Compras de perecíveis .....	254
3.11.1	O gênero perecível .....	254
3.11.2	O preço do dia.....	255
	Inciso XIII.....	255
3.12	Contratação de instituição sem fins lucrativos .....	255
	Inciso XIV .....	257
3.13	Aquisição nos termos de acordo internacional.....	257
	Inciso XV.....	260
3.14	Aquisição ou restauração de obras de arte.....	260
	Inciso XVI .....	261
3.15	Contratação de objetos especiais com instituições integrantes da Administração.....	261
	Inciso XVII.....	262
3.16	Aquisição de acessórios durante o período de garantia.....	262
	Inciso XVIII.....	264
3.17	Compras ou contratações para abastecimentos militares em estado de operação.....	264
3.17.1	O alcance da regra.....	265
	Inciso XIX.....	266
3.18	Para manutenção da padronização de materiais de uso militar .....	266
	Inciso XX.....	267
3.19	Contratação de serviços de associações de portadores de deficiência física .....	267
	Inciso XXI.....	267
3.20	Contratação de bens para pesquisa científica .....	267
	Inciso XXII .....	269
3.21	Fornecimento de energia elétrica e gás por concessionário .....	269
	Inciso XXIII.....	270
3.22	Contratação de subsidiárias ou controladas .....	270
	Inciso XXIV.....	271
3.23	Contratos com organizações sociais .....	271

3.23.1	O novo Marco Regulatório do Terceiro Setor (Lei nº 13.019/2014).....	273
3.23.2	A questão da confusão entre as Organizações Sociais e as Fundações de Apoio.....	274
3.24	A questão dos acordos celebrados com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) .....	274
	Inciso XXV .....	276
3.25	Transferência de tecnologia .....	276
	Inciso XXVI.....	277
3.26	Celebração de contrato de programa .....	277
	Inciso XXVII .....	278
3.27	Contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis.....	278
	Inciso XXVIII.....	279
3.28	Bens ou serviços de alta tecnologia e defesa nacional .....	279
	Inciso XXIX.....	281
3.29	Atendimento de militares em operações de paz no exterior.....	281
	Inciso XXX .....	282
3.30	Prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural.....	282
	Inciso XXXI.....	284
3.31	Contratações visando ao cumprimento do disposto nos arts. 3º, 4º, 5º e 20 da Lei nº 10.973/2004 .....	284
	Inciso XXXII.....	288
3.32	Contratação em que houver transferência de tecnologia de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS) .....	288
	Inciso XXXIII .....	289
3.33	Contratação de entidades privadas sem fins lucrativos, para acesso à água para consumo humano e produção de alimentos .....	289
	Inc. XXXIV .....	290
3.34	Aquisição de insumos estratégicos para a saúde produzidos ou distribuídos por fundação de apoio .....	290
	Parágrafo 1º .....	292
4	Valores de dispensas diferenciados para algumas pessoas jurídicas .....	292
4.1	Consórcios públicos .....	292
4.2	Agência executiva.....	293
	Parágrafo 2º .....	293
5	Órgãos ou entidades que produzem produtos estratégicos para o SUS.....	293
	Parágrafos 3º e 4º .....	294
6	Regras específicas nos casos de dispensa nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento preconizadas no inc. XXI.....	294
 ARTIGO 25		
1	Inviabilidade de competição.....	296
1.1	A questão da competição inútil.....	296
1.2	A questão do credenciamento .....	297
	Inciso I.....	299
2	Fornecedor exclusivo .....	299
2.1	Compras (não sendo permitida a adoção para serviços ou obras) .....	300
2.2	Impossibilidade de indicação de marca.....	301
2.3	Exclusividade do fornecedor .....	302
2.4	Requisitos para o enquadramento da inexigibilidade licitatória por exclusividade .....	303
	Inciso II e parágrafo 1º .....	303
3	Notória especialização.....	303
3.1	A natureza singular dos serviços.....	304
3.2	A identificação da notória especialização.....	305
3.3	A necessidade de “confiança” no profissional.....	306
3.4	A inscrição de servidores em cursos de treinamento .....	306
	Inciso III .....	307
4	Profissional de qualquer setor artístico.....	307
	Parágrafo 2º .....	308
5	Responsabilização solidária por dano causado à Fazenda Pública .....	308
 ARTIGO 26		
1	A dupla avaliação no controle dos afastamentos licitatórios.....	310
2	A ratificação da autoridade superior.....	310
	Parágrafo único.....	311
3	Instrução do processo de afastamento licitatório ou de retardamento .....	311
3.1	A demonstração de compatibilidade do preço com o praticado no mercado.....	312
3.2	Justificativa da escolha do fornecedor ou executante .....	313
3.3	Demonstração da emergência e da documentação de aprovação dos projetos de pesquisa.....	313
4	A publicação do contrato oriundo de afastamento licitatório.....	314
5	A questão da adoção da natureza do objeto ou do subelemento de despesa .....	315
 ARTIGO 27		
1	A fase de habilitação .....	320
1.1	A habilitação na modalidade convite.....	320
2	Documentação exigida para a habilitação .....	321
3	A habilitação prévia (o cadastramento).....	321
4	A questão do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF .....	321
5	A questão de verificação no CADIN (Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal).....	323



ARTIGO 28	
1	A habilitação jurídica..... 327
1.1	A habilitação das cooperativas..... 328
1.1.1	A ideia de equalização dos preços propostos por cooperativas..... 329
1.1.2	O acordo celebrado entre o MPT e a AGU limitando a participação de cooperativas em licitações ..... 331
ARTIGO 29	
1	A regularidade quanto às obrigações fiscais e trabalhistas ..... 336
1.1	A questão da regularidade ou quitação ..... 336
1.2	A constitucionalidade da exigência..... 338
2	A comprovação de regularidade fiscal pelas pequenas empresas ..... 338
	Inciso I..... 340
3	A prova de inscrição no CPF ou no CGC (CNPJ)..... 340
	Inciso II..... 340
4	Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal..... 340
	Inciso III ..... 341
5	Prova de regularidade para com a Fazenda federal, estadual e municipal ..... 341
5.1	A questão do domicílio ou sede do licitante ..... 342
5.2	A certidão negativa de dívida ativa..... 342
	Inciso IV ..... 344
6	Regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) ..... 344
	Inciso V ..... 344
7	Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho..... 344
7.1	Hipóteses de exigência da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ..... 346
8	A questão da retenção de pagamentos dos contratados pela Administração em função de irregularidade fiscal..... 348
ARTIGO 30	
1	As peculiaridades inerentes à qualificação técnica ..... 352
2	Requisitos para a demonstração da capacidade técnica..... 352
	Inciso I..... 353
3	Registro na entidade profissional ..... 353
	Inciso II..... 354
4	Comprovação de aptidão ..... 354
4.1	A capacitação técnico-profissional..... 354
5	A capacitação técnico-operacional..... 355
	Inciso III ..... 360
6	Comprovação de recebimento dos documentos..... 360
7	A exigência de certificações de qualidade ..... 361
	Parágrafo 1º e inc. I..... 363
8	Comprovação de aptidão para obras e serviços ..... 363
8.1	A questão de o profissional fazer parte do quadro permanente do licitante ..... 364
	Parágrafo 2º ..... 365
9	Parcelas de maior relevância ..... 365
	Parágrafo 3º ..... 366
10	Certidões ou atestados de obras ou serviços similares..... 366
	Parágrafo 4º ..... 366
11	Comprovação de aptidão nos fornecimentos de bens ..... 366
	Parágrafo 5º ..... 367
12	Vedações na exigência de comprovação de atividade ou de aptidão..... 367
	Parágrafo 6º ..... 367
13	Exigências mínimas para instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado ..... 367
	Parágrafo 8º ..... 367
14	Exigência da metodologia de execução..... 367
	Parágrafo 9º ..... 368
15	Alta complexidade técnica..... 368
	Parágrafo 10..... 369
16	A participação obrigatória dos profissionais indicados para comprovação de capacidade técnico-profissional ..... 369
ARTIGO 31	
1	A qualificação econômico-financeira..... 370
	Inciso I..... 371
1.1	Balço patrimonial e demonstrações contábeis ..... 371
	Inciso II..... 374
1.2	Falência, concordata e recuperação judicial ..... 374
1.2.1	Hipóteses excepcionais..... 375
1.2.1.1	Pedido de falência postulado por terceiro ..... 375
1.2.1.2	Efeitos do ajuizamento de ação de execução contra o patrimônio ..... 375
1.2.1.3	A recuperação judicial antes do ato de adjudicação ..... 376
	Inciso III ..... 376
1.3	Garantia para participação na licitação..... 376
	Parágrafo 1º ..... 378
2	A limitação da exigência de índices contábeis..... 378
	Parágrafos 2º e 3º ..... 379
3	Capital mínimo nas compras para entrega futura e nas obras e serviços..... 379
	Parágrafo 4º ..... 379
4	Relação dos compromissos assumidos pelo licitante ..... 379

5	Parágrafo 5º .....	380
5	Comprovação de situação financeira através do cálculo de índices contábeis .....	380
ARTIGO 32		
1	Apresentação dos documentos de habilitação .....	382
1.1	As certidões via Internet .....	383
	Parágrafo 1º .....	384
2	Dispensa de documentação .....	384
	Parágrafos 2º e 3º .....	384
3	A substituição da documentação pelo certificado de registro cadastral .....	384
	Parágrafos 4º e 6º .....	387
4	As licitações internacionais .....	387
4.1	A documentação das empresas estrangeiras .....	388
4.1.1	Autenticação por consulados e tradução por servidor juramentado .....	390
4.1.2	A representação legal no Brasil .....	392
4.2	Exceções nas licitações .....	393
	Parágrafo 5º .....	395
5	Inexigência de prévio recolhimento de taxas .....	395
	Parágrafo 7º .....	395
6	Dispensa de documentação para a contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento .....	395
ARTIGO 33		
1	Participação de empresas em consórcio na licitação .....	397
	Inciso I e parágrafo 2º .....	400
2	Comprovação do compromisso de constituição de consórcio .....	400
	Inciso II e parágrafo 1º .....	401
3	A questão da empresa responsável pelo consórcio .....	401
	Inciso III .....	401
4	A apresentação dos documentos do consórcio .....	401
	Inciso IV .....	402
5	Vedação de consorciada participar da licitação através de mais de um consórcio ou isoladamente .....	402
	Inciso V .....	403
6	Responsabilidade solidária pelos atos praticados em consórcio .....	403
ARTIGO 34		
1	Registro cadastral .....	408
1.1	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) .....	409
1.2	A exigência de cadastramento no SICAF para fins de pagamento .....	409
	Parágrafo 1º .....	410
2	Ampla divulgação do registro cadastral .....	410
	Parágrafo 2º .....	411
3	Utilização de registros cadastrais de outros órgãos .....	411
ARTIGO 35		
1	Fornecimento dos elementos necessários para o cadastramento .....	412
ARTIGO 36		
1	Cadastramento por categorias .....	413
	Parágrafo 1º .....	413
2	Fornecimento de certificado de registro cadastral .....	413
	Parágrafo 2º .....	413
3	Anotações cadastrais .....	413
ARTIGO 37		
1	Modificações no cadastro .....	415
ARTIGO 38		
1	O início do procedimento licitatório .....	416
1.1	As fases (etapas) do procedimento licitatório .....	417
1.1.1	A fase (etapa) interna do procedimento licitatório .....	417
1.1.1.1	A requisição do interessado .....	417
1.1.1.2	A estimativa de valor .....	417
1.1.1.3	A autorização da despesa .....	418
1.1.1.4	A elaboração do instrumento convocatório e seus anexos .....	418
1.1.1.5	Divulgação (publicidade) .....	418
1.1.2	A fase (etapa) externa da licitação .....	418
1.2	Críticas ao dispositivo .....	419
	Parágrafo único .....	419
1.3	Aprovação jurídica do edital licitatório .....	419
1.3.1	A responsabilização solidária do aprovador jurídico .....	422
ARTIGO 39		
1	Audiência pública .....	423
	Parágrafo único .....	424
1.1	As licitações simultâneas e sucessivas .....	424
ARTIGO 40		
1	O edital licitatório .....	426
1.1	A estrutura do edital .....	427

1.1.1	O preâmbulo do edital.....	427
1.1.2	O texto do edital .....	427
	• <i>O objeto da licitação (inc. I)</i> .....	428
	• <i>Os prazos para formalização do contrato, sua execução e entrega do objeto (inc. II)</i> .....	428
	• <i>As sanções para o caso de inadimplemento (inc. III)</i> .....	428
	• <i>O local para exame e aquisição dos projetos básico e/ou executivo (incs. IV e V)</i> .....	429
	• <i>As condições para participação na licitação e forma de apresentação das propostas (inc. VI)</i> ...	429
	• <i>O critério para o julgamento (inc. VII)</i> .....	429
	• <i>A prestação de informações (inc. VIII)</i> .....	429
	• <i>As condições de pagamento equivalentes em licitações internacionais (inc. IX)</i> .....	430
	• <i>A aceitabilidade dos preços unitários e global (inc. X)</i> .....	430
	• <i>O critério de reajuste de preço (inc. XI)</i> .....	431
	• <i>O prazo para pagamento de instalação e mobilização (inc. XIII)</i> .....	434
	• <i>As condições de pagamento (inc. XIV)</i> .....	434
	• <i>As instruções e normas para interposição de recursos (inc. XV)</i> .....	437
	• <i>As condições de recebimento do objeto (inc. XVI)</i> .....	439
	• <i>Outras indicações específicas da licitação (inc. XVII)</i> .....	440
1.1.3	O fecho do edital .....	440
	Parágrafo 1º .....	440
2	Outras regras para o edital .....	440
2.1	A expedição do edital .....	440
	Parágrafo 2º .....	441
3	Anexos do edital .....	441
	Parágrafo 3º .....	441
4	Adimplemento da obrigação contratual.....	441
	Parágrafo 4º .....	442
5	Compras para entrega imediata.....	442
<b>ARTIGO 41</b>		
1	Condição vinculativa do edital.....	443
	Parágrafos 1º e 2º .....	444
2	Impugnação ao edital de licitação .....	444
	Parágrafo 3º .....	446
3	Efeitos da impugnação tempestiva.....	446
	Parágrafo 4º .....	446
4	A preclusão do direito de participar das fases posteriores.....	446
<b>ARTIGO 42</b>		
1	A licitação internacional.....	448
1.1	Do conceito.....	449
1.2	O momento de adoção da licitação internacional .....	450
2	O ajustamento às diretrizes da política monetária e do comércio exterior .....	451
	Parágrafo 1º .....	453
2.1	A proposta em moeda estrangeira .....	453
	Parágrafo 2º .....	455
2.2	Conversão do pagamento para moeda nacional .....	455
	Parágrafo 3º .....	455
3	Equivalência nas garantias entre licitantes brasileiros e estrangeiros.....	455
	Parágrafo 4º .....	456
4	Acréscimo ao valor proposto pelo estrangeiro dos encargos tributários que onerariam os brasileiros .....	456
	Parágrafo 5º .....	459
5	Licitações com recursos estrangeiros .....	459
	Parágrafo 6º .....	461
6	Entrega das propostas no mesmo local de destino .....	461
<b>ARTIGO 43</b>		
1	A fase externa da licitação.....	463
1.1	Alterações no rito procedimental em face da LC nº 123/06, com as mudanças impostas pela LC nº 147/2014 .....	464
	Incisos I a VI e parágrafos 1º e 2º .....	465
2	Roteiro de atos da fase externa da licitação.....	465
2.1	Recebimento dos envelopes.....	465
2.2	Direito de manifestação dos participantes .....	466
2.3	Abertura dos envelopes de habilitação .....	466
2.4	Análise e julgamento da documentação .....	466
2.5	Divulgação da decisão sobre a habilitação .....	467
2.6	Interposições de recursos contra a decisão sobre a habilitação.....	467
2.7	Devolução de envelopes-propostas aos inabilitados .....	467
2.8	Abertura dos envelopes-propostas.....	468
2.9	Julgamento e classificação das propostas .....	468
2.10	Divulgação da decisão referente ao julgamento e classificação das propostas.....	468
2.11	Recursos contra a decisão referente ao julgamento e classificação das propostas .....	468
2.12	Limite das atribuições da comissão de licitação .....	469
2.13	Homologação e adjudicação do resultado.....	469
	Parágrafo 3º .....	470
3	A promoção de diligências .....	470
	Parágrafo 4º .....	471
4	Aplicação em outras modalidades .....	471
	Parágrafo 5º .....	471
5	Desclassificação por motivo relacionado com a habilitação se ultrapassada a fase .....	471

6	Parágrafo 6º .....	472
6	Desistência da proposta após a fase de habilitação.....	472
ARTIGO 44		
1	Julgamento objetivo das propostas com critérios predefinidos .....	473
	Parágrafos 1º, 2º e 3º.....	474
2	Vedações expressas referentes às propostas.....	474
	Parágrafo 4º .....	475
3	Propostas que incluam mão de obra estrangeira ou importações .....	475
ARTIGO 45		
1	Julgamento objetivo das propostas .....	476
	Parágrafo 1º .....	477
2	Tipos de licitação (critérios).....	477
2.1	Conceituação dos tipos licitatórios .....	477
2.2	A não indicação do tipo licitatório no instrumento convocatório .....	478
	Parágrafo 2º .....	479
3	Empate entre duas ou mais propostas – o sorteio.....	479
	Parágrafo 3º .....	479
4	Classificação na ordem crescente dos preços propostos .....	479
	Parágrafo 4º .....	479
5	Contratação de bens e serviços de informática.....	479
5.1	O exercício do direito de preferência na contratação de bens e serviços de informática e automação no âmbito federal.....	482
	Parágrafo 5º .....	485
6	Rol exaustivo de tipos de licitação.....	485
	Parágrafo 6º .....	485
7	Contratações parciais.....	485
ARTIGO 46 E PARÁGRAFO 3º		
1	Cabimento da adoção de licitações de técnica .....	487
	Parágrafo 1º .....	487
2	Procedimentos na licitação do tipo melhor técnica.....	487
	Parágrafo 2º .....	488
3	Procedimentos na licitação do tipo técnica e preço.....	488
3.1	A adoção de dois envelopes nas licitações do tipo técnica e preço .....	489
ARTIGO 47		
1	Regra quando da adoção da empreitada por preço global .....	491
ARTIGO 48		
1	Desclassificação das propostas.....	492
	Parágrafo 1º .....	494
2	Preços inexequíveis nas licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia .....	494
	Parágrafo 2º .....	496
3	Garantia adicional .....	496
	Parágrafo 3º .....	497
4	Inabilitação de todos os licitantes ou desclassificação de todas as propostas .....	497
4.1	A contagem do prazo.....	499
ARTIGO 49		
1	Revogação e anulação de ato administrativo.....	500
2	A revogação da licitação em função de razões de interesse público decorrente de fato superveniente.....	500
3	A anulação da licitação.....	501
	Parágrafo 1º .....	502
4	A não obrigação de indenizar.....	502
	Parágrafo 2º .....	502
5	Consequências em face da nulidade da licitação.....	502
	Parágrafo 3º .....	502
6	Contraditório e a ampla defesa em função do desfazimento da licitação .....	502
	Parágrafo 4º .....	504
7	Aplicação aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade.....	504
ARTIGO 50		
1	Proibição à preterição do vencedor da licitação .....	505
ARTIGO 51		
1	Comissões julgadoras .....	506
1.1	A questão da nomeação de servidor de cargo em comissão .....	507
1.2	A questão da nomeação de agente público celetista.....	508
1.3	Dúvidas sobre as comissões de licitações.....	508
1.3.1	Comissão de licitações e comissão de cadastramento .....	509
1.3.2	Atuação das comissões de licitações.....	509
1.3.3	Qualificações específicas dos membros das comissões de licitações.....	509
1.3.4	A questão da nomeação de suplentes .....	510
	Parágrafo 1º .....	511
2	Substituição da comissão de licitações por servidor.....	511
	Parágrafo 2º .....	511
3	Qualificação da comissão de cadastramento.....	511
	Parágrafo 3º .....	512

4	Responsabilidade solidária.....	512
	Parágrafo 4º.....	512
5	Investidura dos membros das comissões.....	512
	Parágrafo 5º.....	513
6	Comissão especial para licitação na modalidade concurso.....	513
ARTIGO 52		
1	O regulamento do concurso.....	514
	Parágrafo 1º.....	514
2	Regras do regulamento (edital).....	514
	Parágrafo 2º.....	515
3	Autorização da execução do projeto.....	515
ARTIGO 53		
1	Leilão – Realização por leiloeiro oficial ou servidor.....	516
1.1	A questão da contratação do leiloeiro oficial.....	517
	Parágrafos 1º, 2º e 3º.....	518
2	Avaliação e pagamentos.....	518
3	A questão da habilitação nos leilões.....	519
	Parágrafo 4º.....	519
4	Divulgação do leilão.....	519
ARTIGO 54		
1	O contrato.....	520
1.1	O contrato e o Estado.....	521
1.2	Contratos da Administração.....	521
1.3	Subdivisão dos contratos da Administração.....	522
1.3.1	Contratos privados celebrados pela Administração Pública.....	522
1.3.2	Contratos administrativos.....	522
1.3.2.1	Sujeitos do contrato administrativo.....	523
1.3.2.2	Características do contrato administrativo.....	524
1.3.2.3	Regra disciplinadora dos contratos.....	524
	Parágrafo 1º.....	524
2	As cláusulas contratuais.....	524
2.1	Os “contratos guarda-chuva”.....	525
	Parágrafo 2º.....	525
3	Contratação direta.....	525
ARTIGO 55		
1	Cláusulas obrigatórias e cláusulas acessórias.....	526
	Inciso I.....	527
1.1	Objeto do contrato.....	527
	Inciso II.....	528
1.2	Regime de execução ou forma de fornecimento.....	528
	Inciso III.....	528
1.3	Preço do contrato, condições de pagamento e reajustamento.....	528
1.3.1	O reajustamento de preços.....	529
1.3.2	A repactuação de preços.....	531
1.3.3	A atualização monetária.....	533
	Inciso IV.....	533
1.4	Prazos contratuais.....	533
1.5	Prazo de início de etapas de execução.....	533
	Inciso V.....	534
1.6	Especificação dos recursos orçamentários.....	534
	Inciso VI.....	534
1.7	Garantias contratuais.....	534
	Inciso VII.....	535
1.8	Direitos, responsabilidades, penalidades e valores das multas.....	535
1.8.1	Direitos e responsabilidades.....	535
1.8.2	Penalidades e multas.....	535
	Inciso VIII.....	535
1.9	Hipóteses de rescisão contratual.....	535
	Inciso IX.....	535
1.10	Direitos da Administração na hipótese de rescisão.....	535
	Inciso X.....	536
1.11	Importação de bens.....	536
	Inciso XI.....	536
1.12	Vinculação ao edital.....	536
	Inciso XII.....	536
1.13	Legislação aplicável.....	536
	Inciso XIII.....	536
1.14	Manutenção das condições de habitação.....	536
2	Cláusulas exorbitantes.....	536
	Parágrafo 1º (VETADO).....	538
3	A questão do pagamento antecipado.....	538
	Parágrafo 2º.....	541
4	Declaração competente o foro da sede da Administração.....	541
4.1	A questão da adoção da arbitragem nos contratos administrativos.....	542
	Parágrafo 3º.....	545
5	Controle tributário.....	545

ARTIGO 56		
1	A prestação de garantia pelo contratado.....	546
	Parágrafo 1º.....	547
2	Modalidades de garantia.....	547
2.1	Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública.....	547
2.2	O seguro-garantia.....	548
2.3	Fiança bancária.....	549
2.4	Garantia de bens ou pessoas.....	549
	Parágrafo 2º.....	549
3	Limites da garantia.....	549
	Parágrafo 3º.....	549
4	Garantia para contratações de grande vulto.....	549
	Parágrafo 4º.....	550
5	Devolução da garantia.....	550
	Parágrafo 5º.....	550
6	Garantia nos contratos que importem na entrega de bens pela Administração.....	550
7	Garantia adicional.....	550
ARTIGO 57		
1	A duração do contrato.....	552
	Incisos I a V.....	553
2	Avaliação geral das regras de exceção referentes à duração do contrato.....	553
2.1	1ª Exceção – Projetos relacionados ao Plano Plurianual (inc. I).....	556
2.2	2ª Exceção – Serviços executados de forma contínua (inc. II).....	558
2.2.1	A questão da prorrogação do prazo de duração contratual.....	559
2.2.2	A questão de se prorrogar somente por iguais e sucessivos períodos.....	560
2.3	3ª Exceção – Aluguel de equipamentos e utilização de programas de informática (inc. III).....	561
2.4	4ª Exceção – Hipóteses de dispensas licitatórias (inc. V).....	563
	Parágrafo 1º.....	563
3	Prorrogação de prazos.....	563
	Inciso I.....	564
3.1	Alteração do projeto ou especificações pela Administração.....	564
	Inciso II.....	564
3.2	Superveniência de fato excepcional ou imprevisível.....	564
	Inciso III.....	565
3.3	Interrupção da execução ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem da Administração.....	565
	Inciso IV.....	565
3.4	Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato.....	565
	Inciso V.....	565
3.5	Impedimento de execução por fato ou ato de terceiro.....	565
	Inciso VI.....	566
3.6	Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração.....	566
	Parágrafo 2º.....	566
4	Justificativa obrigatória para a prorrogação.....	566
	Parágrafo 3º.....	567
5	Contrato com prazo de vigência indeterminado.....	567
	Parágrafo 4º.....	567
6	Prorrogação excepcional por mais 12 meses dos contratos continuados.....	567
ARTIGO 58		
1	Prerrogativas conferidas à Administração Pública.....	569
	Inciso I.....	570
1.1	Modificação unilateral do contrato administrativo.....	570
	Inciso II.....	570
1.2	Rescisão unilateral do contrato administrativo.....	570
	Inciso III.....	571
1.3	Fiscalização da execução do contrato administrativo.....	571
	Inciso IV.....	571
1.4	Aplicação de penalidades pela inexecução do contrato administrativo.....	571
	Inciso V.....	571
1.5	Ocupação provisória de instalações.....	571
	Parágrafo 1º.....	572
2	Inalterabilidade das cláusulas econômico-financeiras e monetárias.....	572
	Parágrafo 2º.....	572
3	Revisão das cláusulas econômico-financeiras no caso de modificação unilateral.....	572
ARTIGO 59		
1	Declaração de nulidade do contrato administrativo.....	573
	Parágrafo único.....	573
2	O dever de indenizar.....	573
ARTIGO 60		
1	Formalização do contrato administrativo.....	575
	Parágrafo único.....	576
2	Nulidade do contrato verbal.....	576
ARTIGO 61		
1	Elementos do contrato.....	578
	Parágrafo único.....	578

2	Eficácia do contrato.....	578
2.1	A execução de contratos sem eficácia.....	581
2.2	A responsabilidade da publicação do extrato do contrato.....	582
2.3	Publicação de extratos de termos aditivos.....	582
2.4	Publicação de extratos de contratos decorrentes de afastamentos licitatórios.....	583
2.5	A questão da ocorrência no prazo de 20 dias.....	583
<b>ARTIGO 62</b>		
1	Obrigatoriedade de celebração de contrato.....	585
1.1	Os documentos substitutivos do contrato.....	585
	Parágrafo 1º.....	586
2	Minuta do futuro contrato como parte integrante do ato convocatório da licitação.....	586
	Parágrafo 2º.....	587
3	Inserção das cláusulas obrigatórias nos documentos substitutivos dos contratos.....	587
	Parágrafo 3º.....	587
4	Aplicação das regras do Estatuto aos contratos de direito privado nos quais a Administração esteja envolvida.....	587
	Parágrafo 4º.....	588
5	Outras possibilidades de dispensa da adoção de contrato.....	588
<b>ARTIGO 63</b>		
1	O acesso assegurado a terceiros ao processo licitatório e ao contrato.....	590
<b>ARTIGO 64</b>		
1	Convocação do vencedor da licitação (adjudicatário).....	591
	Parágrafo 1º.....	592
2	Prorrogação do prazo de contratação.....	592
	Parágrafo 2º.....	592
3	Convocação de demais licitantes.....	592
	Parágrafo 3º.....	593
4	Prazo de validade das propostas.....	593
<b>ARTIGO 65</b>		
1	Alteração do contrato administrativo.....	596
2	Alteração unilateral (inc. I).....	596
2.1	Alteração do projeto ou especificações.....	597
2.2	Alteração para acréscimo ou diminuição quantitativa.....	597
3	Alteração por acordo das partes (inc. II).....	598
3.1	Substituição da garantia de execução contratual (alínea “a”).....	598
3.2	Modificação do regime de execução ou fornecimento (alínea “b”).....	598
3.3	Modificação da forma de pagamento (alínea “c”).....	598
3.4	Restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro (alínea “d”).....	599
	Parágrafo 1º.....	599
4	Limitação dos acréscimos ou supressões a 25% e 50%.....	599
4.1	A questão da reforma de “edifícios”.....	600
	Parágrafo 2º.....	600
5	Impossibilidade de os acréscimos ou supressões excederem os limites.....	600
5.1	A redução do objeto.....	601
5.2	A questão dos limites ao acréscimo qualitativo do objeto.....	601
	Parágrafo 3º.....	602
6	A questão dos preços unitários.....	602
	Parágrafo 4º.....	602
7	Indenização ao contratado.....	602
	Parágrafo 5º.....	603
8	Reequilíbrio em função de tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos.....	603
	Parágrafo 6º.....	603
9	Reequilíbrio em face de alteração unilateral que aumente os encargos do contratado.....	603
	Parágrafo 8º.....	604
10	Hipóteses que permitem apostilamento.....	604
<b>ARTIGO 66</b>		
1	Obrigatoriedade da fiel execução do contrato.....	605
<b>ARTIGO 66-A E PARÁGRAFO 1º</b>		
1	Manutenção por parte das contratadas dos requisitos de acessibilidade.....	606
<b>ARTIGO 67</b>		
1	A fiscalização do contrato.....	607
	Parágrafo 1º.....	608
2	Tarefas e responsabilidades do fiscal.....	608
	Parágrafo 2º.....	610
3	Decisões que ultrapassem a competência do fiscal.....	610
<b>ARTIGO 68</b>		
1	A manutenção de preposto por parte da contratada.....	611
<b>ARTIGO 69</b>		
1	Defeitos na execução do objeto.....	613
<b>ARTIGO 70</b>		
1	Responsabilização do contratado por danos.....	615
<b>ARTIGO 71</b>		

1	Responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.....	616
	Parágrafo 1º .....	616
2	Não transferência da responsabilidade para a Administração .....	616
2.1	A responsabilidade trabalhista.....	616
	Parágrafo 2º .....	617
3	Responsabilidade previdenciária.....	617
ARTIGO 72		
1	Subcontratação.....	620
1.1	A questão da “cessão do contrato” .....	621
1.2	Exigências para a subcontratação .....	622
2	Subcontratação compulsória de microempresas ou empresas de pequeno porte (inciso II do art. 48 da LC nº 123/2006).....	623
ARTIGO 73 E PARÁGRAFOS 1º, 2º E 3º		
1	Recebimento do objeto contratual .....	625
	Parágrafo 4º .....	626
2	Inércia da Administração .....	626
ARTIGO 74 E INCISOS		
1	Dispensa de recebimento provisório.....	628
	Parágrafo único.....	628
2	A substituição por recibo .....	628
ARTIGO 75		
1	Responsabilidade pela qualidade do objeto.....	629
ARTIGO 76		
1	Rejeição da obra, serviço ou bem fornecido .....	631
ARTIGO 77		
1	A inexecução do contrato e suas consequências.....	634
ARTIGO 78		
1	A rescisão do contrato administrativo .....	636
2	As formas de rescisão .....	636
3	Motivos que ensejam a rescisão do contrato administrativo.....	636
3.1	Motivos para a rescisão por atos cometidos pelo contratado (incs. I a XI e XVIII) .....	637
3.1.1	Descumprimento de cláusulas contratuais (inc. I) .....	637
3.1.2	Cumprimento irregular (inc. II) .....	637
3.1.3	Lentidão na execução (inc. III).....	638
3.1.4	Atraso para início da execução (inc. IV).....	638
3.1.5	Paralisação da execução (inc. V).....	638
3.1.6	Transferência parcial ou total do objeto (inc. VI).....	639
3.1.7	Desatendimento de determinações regulares (inc. VII).....	639
3.1.8	Cometimento reiterado de faltas (inc. VIII).....	639
3.1.9	Decretação de falência ou insolvência (inc. IX) .....	639
3.1.10	Dissolução da sociedade ou falecimento do contratado (inc. X).....	642
3.1.11	Alteração social ou modificação da empresa (inc. XI) .....	643
3.1.12	Não atendimento ao prescrito no inc. V do art. 27 (inc. XVIII) .....	643
4	Rescisão em face de atos da Administração (incs. XIII a XVI).....	644
4.1	Supressão de parte do objeto por ordem da Administração (inc. XIII).....	644
4.2	Suspensão da execução contratual (inc. XIV).....	644
4.3	Atraso no pagamento (inc. XV) .....	644
4.4	Não liberação de área (inc. XVI).....	645
5	Rescisão por causas exteriores (inc. XVII) .....	645
6	Razões de interesse público (inc. XII).....	645
	Parágrafo único.....	646
7	Garantia de ampla defesa e contraditório nos casos de rescisão.....	646
ARTIGO 79		
1	Modalidades de rescisão do contrato administrativo.....	648
	Inciso I.....	649
2	Rescisão unilateral.....	649
	Inciso II.....	649
3	Rescisão amigável .....	649
	Inciso III .....	650
4	Rescisão judicial.....	650
	Parágrafo 1º .....	650
5	Autorização da autoridade competente.....	650
	Parágrafo 2º .....	650
6	Indenização ao contratado .....	650
	Parágrafo 5º .....	651
7	Impedimento, paralisação ou sustação do contrato.....	651
ARTIGO 80		
1	Consequências da rescisão .....	652
	Parágrafos 1º e 3º .....	652
2	Afastamento da solução de continuidade .....	652
	Parágrafo 2º .....	653
3	Recuperação judicial e extrajudicial .....	653



4	Parágrafo 4º .....	653
4	Regra sem aplicação.....	653
ARTIGO 81		
1	Recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato.....	654
	Parágrafo único.....	655
2	Não aplicação aos demais licitantes convocados.....	655
ARTIGO 82		
1	Alargamento das sanções.....	656
ARTIGOS 83 E 84, CAPUT E PARÁGRAFO 1º		
1	Disciplina penal para os servidores públicos.....	657
	Parágrafo 2º do artigo 84 .....	657
2	Aumento da pena para servidores ocupantes de funções qualificadas .....	657
ARTIGO 85		
1	Âmbito da matéria penal.....	659
ARTIGO 86		
1	Sanções administrativas .....	660
1.1	Multa de mora .....	662
	Parágrafo 1º .....	662
2	Rescisão e aplicação de outras sanções .....	662
	Parágrafo 2º .....	662
3	Regular processo administrativo .....	662
	Parágrafo 3º .....	663
4	Valor superior ao da garantia oferecida.....	663
5	A disciplina da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).....	663
ARTIGO 87		
1	Sanções administrativas pela inexecução total ou parcial do contrato .....	670
	Inciso I.....	671
1.1	Advertência.....	671
	Inciso II.....	671
1.2	Multa compensatória .....	671
	Incisos III e IV .....	671
1.3	Suspensão de participação em licitação e declaração de inidoneidade .....	671
	Parágrafo 1º .....	673
2	Multa superior ao valor da garantia.....	673
	Parágrafo 2º .....	674
3	Aplicação cumulativa de sanções .....	674
	Parágrafo 3º .....	674
4	Sanção de competência exclusiva aos Ministro de Estado e Secretários Estadual ou Municipal.....	674
ARTIGO 88		
1	Aplicação das sanções em face de outras condutas .....	675
ARTIGO 89 E PARÁGRAFO ÚNICO		
1	Dos crimes e das penas.....	676
	Parágrafo único.....	677
2	Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei.....	677
ARTIGO 90		
1	Frustrar ou fraudar o caráter competitivo da licitação .....	679
ARTIGO 91		
1	Patrocinar interesse privado perante a Administração.....	680
ARTIGO 92 E PARÁGRAFO ÚNICO		
1	Permitir qualquer modificação ou vantagem em favor do adjudicatário.....	681
ARTIGO 93		
1	Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato licitatório.....	682
ARTIGO 94		
1	Devassar o sigilo de proposta.....	683
ARTIGO 95 E PARÁGRAFO ÚNICO		
1	Afastar ou procurar afastar licitante usando violência ou oferecendo vantagem.....	684
ARTIGO 96		
1	Fraudar licitação em prejuízo da Fazenda Pública .....	685
ARTIGO 97 E PARÁGRAFO ÚNICO		
1	Admitir a licitação ou celebrar contrato com inidôneo .....	686
ARTIGO 98		
1	Impedir a inscrição nos registros cadastrais.....	687
ARTIGO 99 E PARÁGRAFOS		
1	A pena de multa .....	688

ARTIGO 100		
1	Ação penal pública incondicionada .....	689
ARTIGO 101 E PARÁGRAFO ÚNICO		
1	Provocação ao Ministério Público (MP).....	690
ARTIGO 102		
1	Remessa ao Ministério Público por magistrados ou por titulares de órgão de controle interno.....	690
ARTIGO 103		
1	Ação penal privada subsidiária da pública.....	691
ARTIGOS 104, 105, 106 E 107		
1	Procedimento no processo penal nos crimes licitatórios.....	692
ARTIGO 108		
1	Aplicação subsidiária do CPP e da LEP.....	694
ARTIGO 109		
1	O direito de petição.....	696
	Inciso I e parágrafo 1º .....	696
1.1	Recurso administrativo .....	696
	Inciso II.....	697
1.2	Representação.....	697
	Inciso III.....	698
1.3	Reconsideração .....	698
	Parágrafo 2º .....	698
2	Efeito suspensivo.....	698
	Parágrafo 3º .....	699
3	Comunicação aos demais licitantes .....	699
	Parágrafo 4º .....	699
4	Trâmite do recurso .....	699
	Parágrafo 5º .....	701
5	Início da contagem de prazo.....	701
	Parágrafo 6º .....	702
6	Recursos nas licitações da modalidade convite.....	702
ARTIGO 110 E PARÁGRAFO ÚNICO		
1	Contagem de prazo.....	703
ARTIGO 111		
1	Cessão de direitos patrimoniais de obras imateriais.....	704
	Parágrafo único.....	705
2	Obra imaterial de caráter tecnológico .....	705
ARTIGO 112		
1	Interesse de mais de um ente público .....	707
	Parágrafo 1º .....	707
2	Consórcios públicos .....	707
	Parágrafo 2º .....	709
3	Acompanhamento da licitação.....	709
ARTIGO 113		
1	O controle das despesas decorrentes de contratos.....	711
1.1	O controle interno .....	711
1.2	O controle externo.....	713
	Parágrafo 1º .....	715
2	Representação ao Tribunal de Contas ou aos órgãos de controle interno .....	715
	Parágrafo 2º .....	715
3	Atuação dos Tribunais de Contas .....	715
ARTIGO 114		
1	Pré-qualificação .....	717
	Parágrafos 1º e 2º .....	717
1.1	Execução da pré-qualificação .....	717
ARTIGO 115 E PARÁGRAFO ÚNICO		
1	Normas operacionais sobre licitações .....	720
1.1	Os programas de <i>compliance</i> .....	720
ARTIGO 116		
1	Aplicação das regras do Estatuto aos convênios administrativos.....	723
	Parágrafo 1º .....	724
1.1	Plano de trabalho.....	724
	Parágrafo 2º .....	725
1.2	Ciência à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal .....	725
	Parágrafo 3º .....	725
1.3	Exceções à regra .....	725
	Parágrafo 4º .....	726
1.4	Saldos de convênio .....	726

Parágrafo 5º .....	726
1.5    Receitas financeiras .....	726
Parágrafo 6º .....	726
1.6    Saldos financeiros remanescentes .....	726
2    Aplicação subsidiária do Estatuto aos convênios de natureza financeira.....	727
2.1    Novas regras sobre acordos de transferências de recursos .....	727
ARTIGO 117	
1    Abrangência do Estatuto.....	729
ARTIGO 118	
1    Adaptação das normas licitatórias dos Estados, Municípios, DF e entidades .....	730
ARTIGO 119	
1    As normas licitatórias das entidades da Administração indireta .....	731
ARTIGO 120	
1    Revisão dos valores .....	734
ARTIGO 121	
1    Conflito intertemporal.....	735
Parágrafo único.....	736
2    Contratos de imóveis do patrimônio da União e os relativos a operações de crédito .....	736
ARTIGO 122	
1    Concessões de linhas aéreas .....	737
ARTIGO 123	
1    Licitações e contratações no exterior .....	739
ARTIGO 124	
1    Licitações e contratos de permissão ou concessão de serviços públicos.....	744
ARTIGOS 125 E 126	
1    Vigência e revogações.....	745
REFERÊNCIAS .....	747